



CADERNOS CEPEC

V. 1 N. 1 fevereiro de 2012

**BORRACHA, NORDESTINO E FLORESTA: A ECONOMIA E A SOCIEDADE
AMAZÔNICA NOS DOIS CICLOS GOMÍFEROS.**

Wesley Pereira de Oliveira
José Raimundo Barreto Trindade
Nathalia Menezes Machado

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia

CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará

Periodicidade Mensal – Volume 1 – Nº 1 – Fevereiro de 2012

Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy

Vice Reitor: Horácio Shneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Marcelo Bentes Diniz

Vice Diretora: Maria José de Souza Barbosa

Coordenador do Mestrado em Economia: José Nilo de Oliveira Júnior

Editores

José Raimundo Barreto Trindade

Sérgio Rivero

Conselho Editorial

Armando Souza

Marcelo Diniz

David Carvalho

Raimundo Cota

Francisco Costa

José Nilo

José Trindade

Danilo Fernandes

Gilberto Marques

Sérgio Rivero

Gisalda Filgueiras

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:

cepec.ppge@gmail.com.

Página na Internet: www.ufpa.br/cepec/

Cadernos CEPEC

Missão e Política Editorial

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65).

Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract.

1 INTRODUÇÃO	9
2 A ECONOMIA GOMÍFERA: O PRIMEIRO CICLO ECONÔMICO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA E SUA TENTATIVA DE “REMAKE”	10
2.2 A DECADÊNCIA DA ECONOMIA DA BORRACHA	14
2.3 A RETOMADA DA EXTRAÇÃO GOMÍFERA	16
3 ASPECTOS DA DEMOGRAFIA AMAZÔNICA NOS CICLOS DA BORRACHA	18
3.1 O PRIMEIRO CICLO DA BORRACHA	21
3.2 PERÍODO PÓS PRIMEIRO CICLO	23
3.3 OS SOLDADOS DA BORRACHA NO SEGUNDO CICLO	25
4 A SOCIEDADE DA BORRACHA: CONFLITOS DE INTERESSES E LIMITES DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA	24
4.1 A COMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE AMAZÔNICA NA VIRADA PARA O SÉCULO XX	27
4.2 A SOCIEDADE A DERIVA APÓS A BELLE ÉPOQUE	28
4.3 OS INTERESSES SURTIDOS A PARTIR DO SEGUNDO CICLO E SUAS CONSEQUÊNCIAS	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34

BORRACHA, NORDESTINO E FLORESTA: A ECONOMIA E A SOCIEDADE AMAZÔNICA NOS DOIS CICLOS GOMÍFEROS

Wesley Pereira de Oliveira
Mestre em Economia (UFPA)
Doutorando em Economia (UnB)
wpoeconomia@yahoo.com.br

José Raimundo Barreto Trindade
Doutor em Desenvolvimento Econômico (UFPR)
Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia
da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA)
jrtrindade@uol.com.br

[Nathalia Menezes Machado](#)
[Bolsista de Iniciação Científica](#)
[Graduanda do Curso de Economia](#)
nathaliameznes12@hotmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta um “brief” panorâmico da história econômica da Amazônia dos dois ciclos da borracha e entre eles. Corresponde basicamente ao período compreendido entre a última década do século XIX e meados do século XX. Para uma melhor compreensão da relevância deste período para a região, é apresentado os comportamentos em termos de economia, demografia e sociedade em cada uma das fases: primeiro ciclo da borracha, pós-primeiro ciclo e segundo ciclo. O objetivo central do artigo é retomar a análise desses períodos demonstrando sua notória influência sobre as atuais sociedades brasileiras amazônicas.

Palavras-chave: ciclo da borracha, economia amazônica, desenvolvimento.

Abstract

This paper presents a "brief" wide economic history of the Amazon and two rounds of rubber between them. Basically corresponds to the period between the last decade of the nineteenth and mid twentieth century. For a better understanding of the relevance of this period for the region, is presented behaviors in terms of economics, demography, and society in each of the phases: the first cycle of the rubber, after the first cycle and second cycle. The main objective of this paper is to resume the analysis of these periods showing his obvious influence on the current Brazilian Amazonian societies.

Key-words: rubber cycle, economics Amazon development

Área temática: História Econômica Geral e Economia Internacional.

1 INTRODUÇÃO

A economia amazônica teve seu momento de auge na virada do século XIX para o XX. A atividade gomífera foi à força motriz da economia regional¹ e proporcionou a conformação de elites com elevado padrão de vida, tão expressivo que lhes davam condições a tentar reproduzir o estilo de vida europeu. Este momento de apogeu ficou conhecido como *belle époque*² e marcou a sociedade da região. Findo este período – o primeiro ciclo da borracha –, em meados dos anos 1910, só nos anos 40 que voltaria a tentativa por parte do governo nacional de ressurgir a atividade gomífera, resultando no segundo ciclo da borracha, sob condições e pressões internacionais distintas do primeiro “boom da borracha”.

O presente trabalho visa apresentar as principais características econômicas e demográficas da sociedade amazônica durante os dois ciclos da atividade gomífera, destacando o comportamento da sociedade – tanto em termos sociais quanto políticos – e também os aspectos econômicos durante os dois ciclos e entre eles. Parte-se, assim, do período que Santos (1980) denomina de fase de expansão gomífera (1870/1910) e encadeia-se com os interesses de retomada da produção durante a segunda guerra mundial, ciclo bastante curto (1940/1950), porém de reais repercussões sobre a economia amazônica.

As alterações, não somente econômicas, mas também institucionais e demográficas nos dois períodos em tela, mas especialmente no primeiro ciclo gomífero, marcaram em definitivo a sociedade amazônica, especialmente Belém e Manaus. Deste modo, compreender o desenrolar dos acontecimentos no período em questão é de fundamental relevância para auxiliar no entendimento do cenário amazônico no período do pós II

¹ É possível falar em “economia regional” em função de dois aspectos: i) o ciclo econômico da borracha estabeleceu uma rede de ligação entre os dois maiores núcleos citadinos da Amazônia: Belém e Manaus. Diversos pontos interioranos de contato entre às áreas de produção e os portos de escoamento conformam a malha regional (Santos, 1980; Leal, 2010); ii) as relações e condições de exploração econômica, assim como sua integração a economia nacional, eram semelhantes: marcadamente fundadas em maior interação com as economias forâneas e centradas no extrativismo com uso do “aviamento” nas relações de trabalho.

² Diversos trabalhos historiográficos e em menor número de história-econômica ressaltam a especificidade econômica e social desse período. Destacáramos, entre outros, três trabalhos bastante elucidativos: TOCANTINS (1982); SANTOS (1980) e SARGES (2000:17). Especialmente SARGES (2000) confere destaque ao desenvolvimento urbano e a conformação da elite local a partir da estruturação de uma “nova ordem econômica”, centrada no ciclo extrativista e exportador gomífero.

Guerra Mundial. Buscará também pontuar as diferenças de concepções ideológicas das elites locais durante o período analisado, destacando os interesses contidos no discurso das classes dominantes com o passar de um ciclo para outro e entre eles, assim como a atenção (ou a falta dela) dada pelo governo central à região amazônica.

Assim, o trabalho está dividido em cinco partes. Além desta introdução, a segunda seção apresenta as características econômicas, já os aspectos demográficos da região são apresentados na seção seguinte, enquanto na quarta seção faz-se uma análise da sociedade como um todo, levando em consideração o desempenho conjunto dos aspectos das duas seções anteriores, por fim têm-se as considerações finais.

2 A ECONOMIA GOMÍFERA: O PRIMEIRO CICLO ECONÔMICO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA E SUA TENTATIVA DE “REMAKE”³

A produção e exportação gomífera no período entre 1870 e 1920 constituiu o primeiro grande momento de exploração econômica centrada na acumulação de capital da Região Amazônica. Como destaca Leal (2010:105) a Amazônia “deixa de ser mero espaço de suprimento para a subsistência suntuária da metrópole, e passa a se integrar, diretamente, ao circuito internacional da Acumulação”. Neste sentido, a sociedade que se conforma e as próprias relações demográficas e cidadinas estiveram na dependência do ciclo da borracha.

Durante o período da segunda guerra (1940/1950) se buscará restabelecer a produção e comercialização em escala de borracha amazônica, com novas repercussões, especialmente demográficas, como se demonstrará, porém extremamente mais tímidos que o derradeiro ciclo histórico.

³ O termo a ser utilizado seria “repetição” ou “refazer”, porém considerando a historicidade da influência estadunidense na tentativa de soerguimento da produção amazônica de borracha preferiu-se o termo inglês “remake”.

2.1 A FASE DE EXPANSÃO DA ATIVIDADE GOMÍFERA

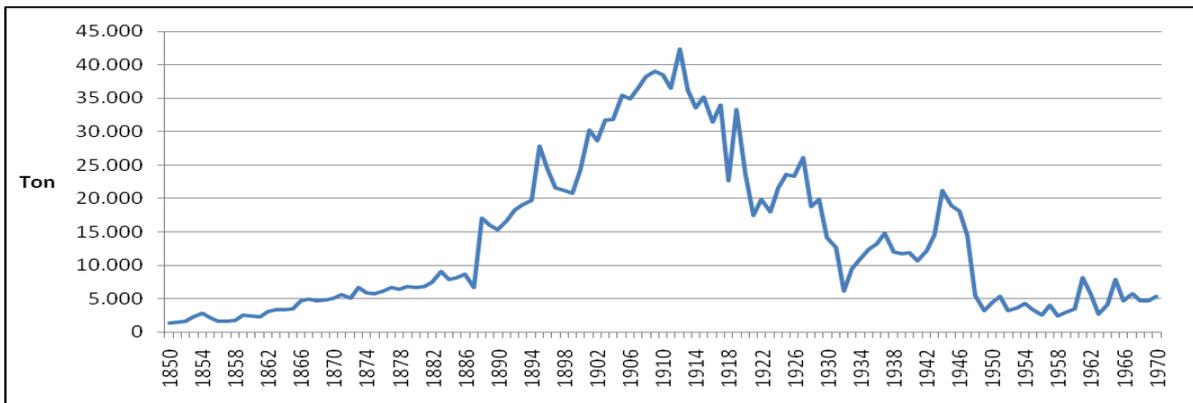
Ao tecer sobre as fases de crescimento econômico da Amazônia, Santos (1980), em seu célebre livro **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**, sugere uma periodização do processo de crescimento amazônico como sendo constituído em cinco fases, a saber, i) fase de decadência: 1800-1840; ii) fase da expansão gomífera: 1840-1910; iii) fase de declínio: 1910-1920; iv) fase não caracterizada (recuperação?): 1920-1940; e v) fase de crescimento moderado: 1940-1970.

Será dada atenção especial aos fatos econômicos da fase de expansão gomífera por ser o momento áureo da economia regional, caracterizado como de maior exuberância de riqueza e marcado pela realização de eventos e construção de prédios semelhantes aos observados no cenário europeu naquele momento.

A fase de expansão gomífera, com destaque ao final do século XIX, foi marcada na Amazônia como um período de ouro, a *Belle Époque*. Certamente, os ganhos e investimentos eram restritos aos exportadores de borracha e Belém e Manaus eram basicamente os centros concentradores de toda a riqueza gerada na extração gomífera. Toda a riqueza do período deve-se ao fato de a Amazônia ser praticamente o único lugar do mundo com produção de borracha. Como a demanda mundial pelo produto estava em constante aumento devido, principalmente, ao desenvolvimento da indústria automobilística, as exportações só aumentavam.

Conforme se pode observar no Gráfico 1, a exportação da borracha tem no período 1890-1910 seu momento áureo. O ano de pico da série foi em 1912, com quantidade exportada acima de 42 mil toneladas de borracha. A partir daí o que se observa são quedas na quantidade exportada que só viria a apresentar elevações (menos intensas) na segunda metade da década de 1920 e durante a II Guerra Mundial.

Gráfico 1 - Exportações brasileiras de borracha, 1850-1970

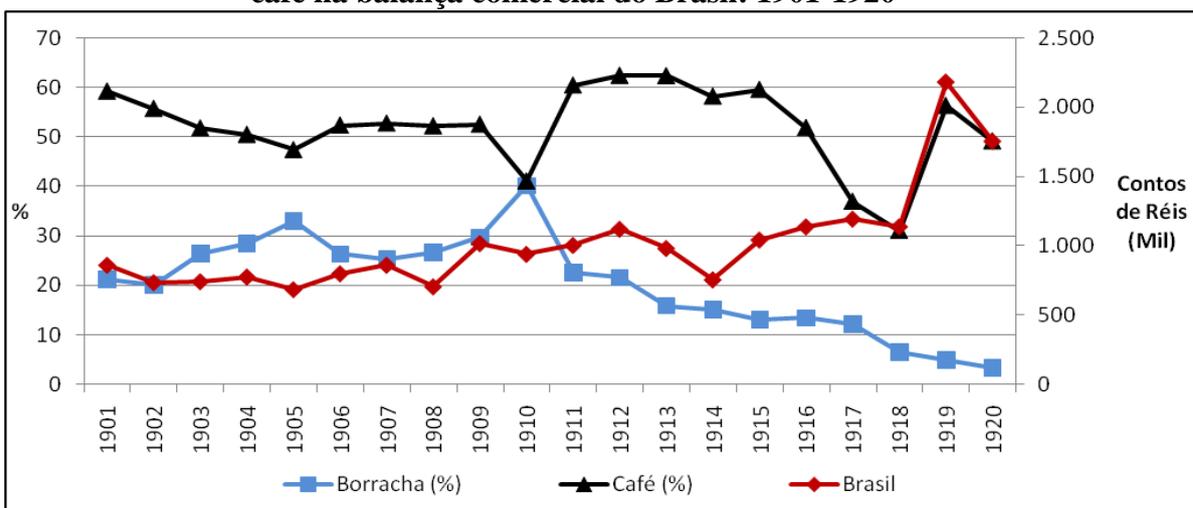


Fonte: Estatísticas do Século XX, IBGE (2003).

Nota: Os dados apresentados referem-se, de 1850 a 1900, à borracha não especificada; de 1901 a 1950, inclusive gomas naturais, látex líquido e quaisquer outras gomas e borrachas de mangabeira, maniçoba, seringueira, guta-percha, balata, caucho e outros vegetais.

Para reforçar a relevância da borracha no cenário nacional, o Gráfico 2 abaixo mostra algumas informações interessantes. A exportação de borracha só aumentava no começo do século XX. Em 1901, o produto já tinha participação relevante nas exportações brasileiras (21%), e nos seguintes foi só aumentando, de tal maneira que em 1910 chegou a representar 40% de tudo que era exportado pelo país. Tecendo um comparativo com a exportação do café, principal produto de exportação, observa-se que em 1910 os dois tinham praticamente a mesma participação nas exportações do país (40% borracha contra 41% de café).

Gráfico 2 - Exportações brasileiras e participação da exportação de borracha e café na balança comercial do Brasil: 1901-1920



Fonte: Estatísticas do Século XX, IBGE (2003).

Elaboração própria.

É interessante frisar também a questão do câmbio. Na virada do século XIX, a moeda nacional estava bastante desvalorizada em relação ao dólar: em 1900 o câmbio estava em 6,6 Réis/US\$. Porém, nos anos seguintes, observa-se uma valorização contínua da moeda nacional, chegando a 3,0 Réis/US\$ em 1910, conforme as Estatísticas do Século XX (IBGE, 2003). Neste período, devido sua relevância nas exportações, a borracha foi a segunda principal responsável pela receita cambial do Brasil – ficando apenas atrás do café (PANDOLFO, 1994).

As possíveis repercussões do formidável “boom” centrado na extração “helvética”, foram variadas como destacam diversos autores (SANTOS, 1980; SARGES, 2000; LEAL, 2010), contudo dois aspectos devem ser ressaltados: i) parcela considerável da força de trabalho existente (original ou migrada) era absorvida pelos processos produtivos de extração, transporte e comercialização da borracha, o que dificultava o desenvolvimento reprodutivo de outros segmentos; ii) semelhante à força de trabalho, a massa de capita-dinheiro era atraída e utilizada nos esquemas reprodutivos do setor gomífero, produzindo o efeito de escasseamento e elevação dos custos de forma generalizada em outros setores.

Como observou Santos (1980:216-217) “a história da borracha até 1910 revela uma resistência excepcional às tendências depressivas de longo prazo que atuaram na economia dos maiores centros”, o que pode ser denotado pelo comportamento dos preços dessa matéria-prima ao longo do ciclo, como pode ser visto no Gráfico 3, que se mantém acima de uma média de £250,0/Ton ao longo de duas décadas (1890/1910), o que se explica pela efervescência da acumulação capitalista no período e pela centralidade que a indústria automotiva irá tomar neste modo de produção.

Essa “virtuosidade”, demonstrada pela escala de crescimento das exportações durante o longo período de 1850/1912 (conferir Gráfico 1), contraditoriamente, na ausência de políticas nacionais ou regionais de regulação e planejamento do desenvolvimento, foi o mesmo motivo que impossibilitou as condições de estruturação econômica regional em outras bases e levou a decadência e estagnação da economia amazônica durante um longo período no século XX.

2.2 A DECADÊNCIA DA ECONOMIA DA BORRACHA

O boom da atividade extrativa da borracha – e toda a riqueza gerada no período de expansão – só aumentou a dependência da economia amazônica à borracha. Longe de ter outra atividade econômica com relevância pelo menos similar à extração gomífera, a Amazônia e os seus dois principais centros urbanos (Belém e Manaus) se tornou extremamente dependente da produção e exportação daquela matéria-prima.

A dependência de um único produto requer, entre outros pontos, a necessidade de que sempre haja demanda por ele. Outro problema é a questão do preço. Os preços internacionais passam a apresentar considerável volatilidade a partir da metade da segunda década do século XX, e isso foi motivo de reclamação por parte dos produtores. O declínio dos preços internacionais deveu-se a produção asiática que, pós 1910, aumentou de forma expressiva, tornando-se forte concorrente da produção amazônica, resultando em vertiginosa queda nas exportações. O choque foi tão grande que a participação da borracha nas exportações do país caiu de 40% em 1910 para menos de 5% apenas 10 anos depois (ver Gráfico 2).

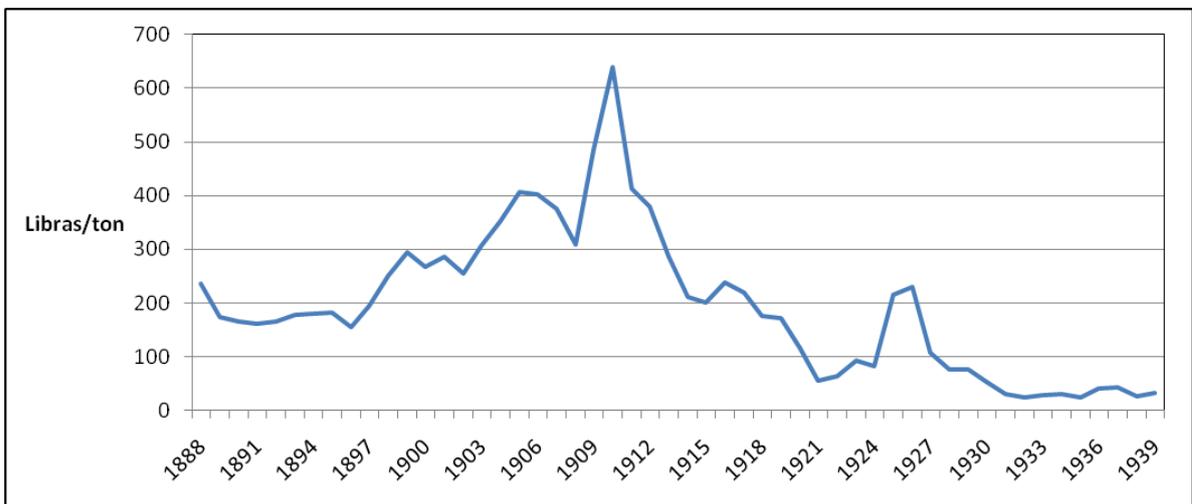
Assim, pode-se dizer que os motivos que levaram a economia amazônica ao colapso no período intitulado de “fase de declínio” são diversos, porém um se destaca. Como a força motriz da economia amazônica era baseada na extração gomífera, a concorrência com a produção de borracha asiática às vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-18) resultou em crise na Amazônia. A produção asiática foi resultante do plantio de mudas originadas na Amazônia, porém tecnicamente melhoradas, por outro o processo produtivo racionalizado, vis-à-vis a característica extrativista da produção amazônica, possibilitou maior produtividade e custos produtivos menores, portanto mais competitivos no mercado internacional. O resultado foi uma crescente elevação da oferta do produto no mercado mundial e o consequente declínio de preços, principalmente entre 1911 e 1914 (SANTOS, 1980), antevéspera da primeira guerra mundial.

Nessa mesma direção, Pandolfo (1994) complementa afirmando que após o momento de auge da borracha, o que se verificou na Amazônia foi

... um longo período letárgico de 30 anos (1910-1940), de profunda decadência, quando o produto amazônico foi desbancado do comércio internacional pela borracha oriundas dos seringais de cultivo do Extremo Oriente, que chegava ao mercado em quantidades crescentes, de qualidade superior e de menor preço, fazendo rever a região às suas tendências históricas de estagnação econômica (PANDOLFO, 1994, p. 46).

Conforme comentado por Santos (1980) e Pandolfo (1994), os preços da borracha após 1910 começaram a despencar de maneira expressiva. O preço da tonelada de borracha exportada estava em cerca de 160 libras/ton no começo da última década do século XIX, em quase 300 libras/ton em 1900, atingindo depois 639 libras/ton em 1910. O Gráfico 3 abaixo mostra o comportamento dos preços de exportação do produto.

Gráfico 3 - Preço da borracha exportada pelo Brasil em libras/ton.: 1888-1939



Fonte: Estatísticas do Século XX (IBGE), 2003.
Elaboração própria.

Ainda sobre o comércio mundial da borracha, Furtado (2007) faz uma divisão em dois momentos. O primeiro caracterizado pela grande demanda mundial por borracha e a conseguinte elevação dos preços, uma vez que somente a Amazônia era fornecedora. O outro momento é quando a oferta asiática surge e equilibra mais o preço da borracha no mercado.

Nas palavras do referido autor:

A primeira fase da economia da borracha se desenvolve totalmente na região amazônica e está marcada pelas grandes dificuldades que apresenta o meio. Os preços continuam sua marcha ascensional, alcançando, no triênio 1909-11, a média de 512 libras por tonelada, ou seja, mais que decuplicando o nível que prevalecerá na segunda metade do século anterior. Essa enorme

elevação de preços indica claramente que a oferta de borracha era inadequada e que uma solução alternativa de surgir. Com efeito, ao introduzir-se a borracha oriental de modo regular no mercado, depois da Primeira Guerra Mundial, os preços do produto se reduziram de forma permanente a um nível algo inferior a cem libras por tonelada (FURTADO, 2007, p. 191).

Frente esse quadro crítico, impulsionado pela queda do preço da borracha, o governo central começou a agir no sentido de promover a ocupação do espaço amazônico via imigração da população e de investimentos (BECKER, 2009). Vale destacar nessa fase a tentativa de Henry Ford implantar um centro produtor de borracha na região: a Fordlândia, no Pará. A ideia era ter produção própria de borracha visava fazer frente ao cartel britânico do produto. Porém, a investida de Ford na região não foi bem sucedida. Dean (1989) cita que além da dificuldade no tratamento de fungos, os problemas com força de trabalho foram igualmente de fundamental importância para o fracasso do projeto. A pouca disponibilidade de mão de obra era um dos entraves. Conforme destaca o autor supracitado, "o *boom* da borracha ocupava cerca de 150.000 trabalhadores, porém muitos dos que sobreviveram à experiência retornaram a seu Nordeste natal" (p. 125). Porém, ainda segundo o autor, o maior problema "era o fato de que, decorridos trezes anos e efetuados um investimento de quase 10,5 milhões de dólares e o plantio de 3.650.000 seringueiras, praticamente não havia uma sequer em condições de ser explorada" (p. 127).

2.3 A RETOMADA DA EXTRAÇÃO GOMÍFERA

Na fase caracterizada por Santos (1980) como de "crescimento moderado", o início da II Guerra Mundial (1939-45) faz com que as atenções se voltem novamente para a Amazônia. Os Estados Unidos estreitam relações com os outros países do continente americano visando evitar que estes iniciassem/intensificassem contatos com países do outro eixo.

No caso da relação com o Brasil, os estadunidenses pretendiam, entre outras coisas, resgatar a extração gomífera para atender principalmente à necessidade de matéria-prima para a indústria bélica e automobilística. O interesse dos EUA em incentivar a retomada da produção do produto na Amazônia deveu-se ao fato de que os grandes produtores de borracha (Malásia e Ceilão) caíram no domínio do Império Japonês.

Como possuía em seu histórico o fato de ter sido o principal fornecedor mundial de borracha no início do século, o Brasil foi incentivado e apoiado pelos EUA na retomada da produção de borracha na Amazônia no intuito de que a necessidade norte-americana pelo produto fosse atendida.

Foram assinados os, assim denominados, “Acordos de Washington” (1942), que incluíam, entre outras coisas, a criação de um fundo para o desenvolvimento da produção de borracha. O governo brasileiro forneceria os seringais, ficaria responsável por 52% do capital mais a mão de obra, enquanto o governo estadunidense entraria com o restante do capital para a criação de um órgão que financiasse a extração da borracha. Neste sentido, foi criado o Banco de Crédito da Borracha, em 1942. É o início do segundo ciclo da borracha na Amazônia, tentativa, agora direcionado e com forte presença do Estado, de “remake” do período anterior.

Pandolfo destaca algumas relevantes medidas tomadas neste momento:

Dentre as medidas econômico-sociais e institucionais adotadas nessa oportunidade merecem destaque: a criação do Banco da Borracha, cujas atividades foram depois ampliadas e diversificadas, em sucessivas transformações, até chegar ao atual estágio de Banco da Amazônia S.A – Basa; a criação do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), sob os auspícios da Fundação Rockefeller, que desempenhou um notável programa de saneamento no interior amazônico; auxílio às atividades de pesquisa, com ênfase às pesquisas sobre borracha, em execução pelo antigo Instituto de Agrônomo do Norte, então recém-criado, que, através de diversas mudanças institucionais, constitui atualmente o Centro de Pesquisas Agroflorestais da Amazônia Oriental (CPATU, da Embrapa), além de consideráveis melhorias nas bases operacionais instaladas nos aeroportos da região, já que todo o movimento de transporte da borracha produzida para os Estados Unidos, assim como o suprimento de alimentos e materiais diversos para os seringais, era feito por via aérea, em face do bloqueio marítimo da costa brasileira (PANDOLFO, 1994, p. 47).

Finda a Segunda Guerra Mundial e com a conseqüente derrota do Japão, a produção da borracha é praticamente estancada na região amazônica. Permanece parte da estrutura institucional criada para o segundo ciclo da borracha e que irá desempenhar papel relevante na dinâmica econômica posterior nas décadas de 50 e 60. Por outro, fruto do esforço de soerguimento da produção gomífera observou-se forte movimento migratório, induzido pela campanha pró-borracha (os ‘soldados da borracha’), aspecto que será analisado na seção 3.3.

Também depois da guerra, dois aspectos são de grande importância a serem frisados: i) reforça-se o interesse internacional pelos abundantes recursos naturais da Amazônia⁴. Neste momento, percebendo tal situação, o governo começa a tomar medidas mais enérgicas objetivando demarcar o espaço amazônico.

Como observado, a “malha institucional”, fruto deste curto período de retomada da produção da borracha, terá importância relevante para o desenvolvimento da região amazônica em momentos posteriores. Um exemplo, já comentado na citação acima, é a conversão do Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia S.A. (em 1950) e, finalmente, em Banco da Amazônia S. A. (BASA, 1968). No capítulo seguinte deste trabalho estas mudanças na instituição financeira serão reportadas com mais detalhes.

Paralelo aos acontecimentos amazônicos a partir dos anos 1940, o mercado da borracha nacional ganhava cada vez mais importância. Suzigan (1986) lembra que no começo do século (1907) a indústria de artefatos de borracha estava em situação de subdesenvolvimento, com apenas dois pequenos estabelecimentos fabricantes de artigos de borracha, estando localizados no Rio de Janeiro. Com as concessões de incentivos do governo na década de 1920 aos que quisessem instalar ou expandir fábricas de artefatos de borracha várias empresas se beneficiaram.

Das empresas, quase todas eram de pequeno porte, com apenas duas maiores se destacando. Uma era a Sociedade Anônima Fábricas Orion (de São Paulo), a outra era a Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha (localizada no Rio de Janeiro), sendo a mais importante. Esta última já existia sob outro nome, mas em 1921 foi comprada e pretendia-se realizar medidas à sua ampliação para produzir pneus e câmaras de ar, resultando, então na CBAB. Sobre os incentivos governamentais concedidos a ela, Suzigan (1986, p. 303) revela que o “governo concederia à empresa isenção de direitos de importação sobre toda a maquinaria, aparelhos e materiais ainda não produzidos no

⁴ Como mostra Aluísio Leal (2010:102) em sua excelente “Sinopse Histórica da Amazônia”, não houve momento nos últimos três séculos que essa região não tivesse despertado os mais diversos interesses colonialistas ou de domínio econômico. Esse autor ressalta, por exemplo, que já na primeira metade do século XIX se “testemunha uma avalanche de investigações sobre as características naturais da Amazônia associadas à intenção de controlá-la, por parte das potências capitalistas da época, devido ao potencial de contribuição à Acumulação que a Região representava”.

país e que pudessem ser necessários para a construção e instalação da fábrica ou sua expansão”. O autor lembra que esta empresa não foi bem sucedida e, já final da mesma década, teve que passar por reformulação, o que adiantou muita coisa.

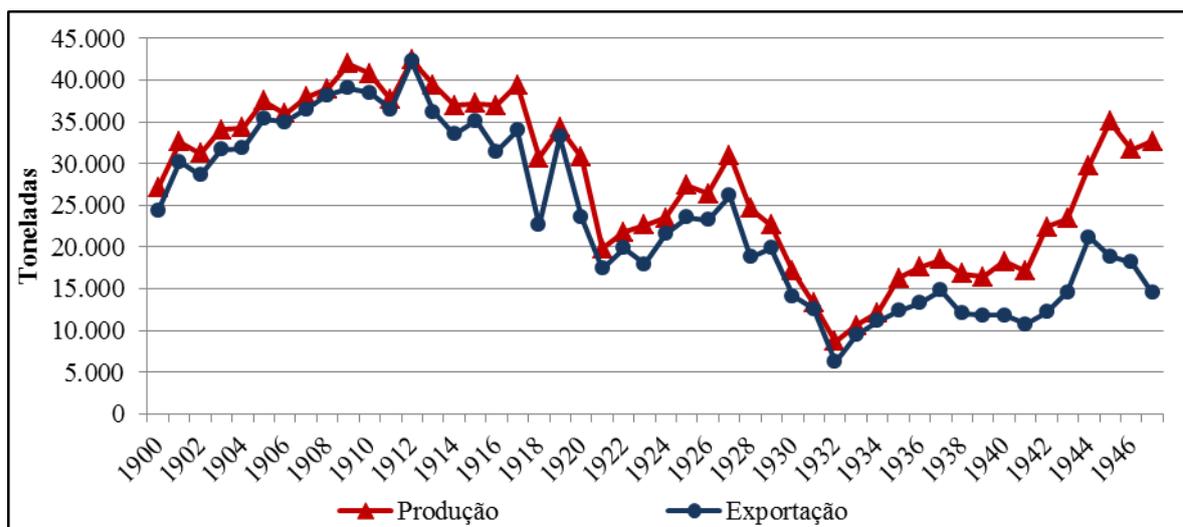
Como fatores que influenciaram negativamente sobre a produção nacional de borracha, o autor cita a grande distância e os elevados custos de frente entre as áreas produtoras e os centros consumidores. Tinha também como entrave a carência de mão de obra qualificada e até o alto custo da energia elétrica.

Mas a partir de 1930 a produção nacional de artefatos de borracha começou a apresentar algum progresso, impulsionada principalmente pela continuação e intensificação dos incentivos governamentais à indústria (SUZIGAN, 1986). Como resultado, a quantidade de fábricas e a produção de pneus e câmaras de ar aumentaram consideravelmente. Para se ter uma ideia, a produção de pneumáticos para veículos a motor que foi de 100 mil unidades em 1939 teve sua quantidade mais que decuplicada uma década depois e continuou a aumentar na década de 1950. O valor da produção industrial de borracha no país teve forte crescimento, saindo de Cr\$ 92 milhões em 1939 para quase Cr\$ 30 bilhões em 1959. O número de estabelecimentos industriais do setor da borracha, não obstante, aumentou substancialmente, de 65 em 1939 para 339 em 1959.

O que se tem, então, é o aumento da produção da borracha a partir da segunda metade da década de 1930 e uma intensificação a partir de 1942 (por conta dos “Acordos de Washington”, como já mencionado anteriormente). O Gráfico 4 a seguir mostra o comportamento da produção e da exportação da borracha⁵, onde se percebe nos últimos 12 anos da série um descolamento das curvas, ou seja, menor parcela da produção estava sendo exportada. Pode-se dizer mais ainda: a diferença entre as curvas era a parte da produção destinada ao mercado nacional. E, com o fim da guerra, observa-se um descolamento mais brusco a partir de 1945, sendo mais produto destinado para atender a demanda interna pela borracha.

⁵ O Gráfico 1 apresenta uma série mais longa para a exportação da borracha.

Gráfico 4 - Produção e exportação de borracha, Brasil: 1900-1947



Fonte: IBGE (2003) e IPEA (2011).

O problema em tudo isso era a dificuldade da produção nacional da borracha dar conta da crescente demanda, principalmente considerando que sua estrutura produtiva se manteve bastante atrasada, aliada aos problemas naturais que dificultava uma cultura mais racionalizada. Esses aspectos geravam permanente tensão entre os fornecedores do produto da região amazônica que faziam pressão sobre o governo para manter a política de preço mínimo do produto e, por outro, os industrialistas do centro-sul que pressionavam e, quase sempre levavam a melhor, por um preço livre e também para o governo autorizar a importação do produto que tinha menor preço do que a borracha amazônica.

Fruto dessa pressão foi a liberação das importações a partir de 1951, sendo que já no final da década a importação era maior do que a produção nacional, como enfatizado em relatório da SPVEA (1960b, p. 322): “...em 1959, foi preciso importar 36,4 mil toneladas de borracha. Incluem-se aí cerca de 26 mil toneladas de borracha natural, quantidade superior à produção nacional, no mesmo ano, quando mal se alcançou 20 mil toneladas”.

3 ASPECTOS DA DEMOGRAFIA AMAZÔNICA NOS CICLOS DA BORRACHA

A demografia da região amazônica durante o período aqui estudado tem comportamento diretamente relacionado com o desempenho da economia da borracha. Assim, mostra-se o comportamento pendular dos movimentos populacionais durante i) o primeiro ciclo da borracha, com destaque à população nas duas grandes capitais da região, Belém e Manaus; ii) a influência dos anos de decadência econômica e iii) durante a retomada da atividade gomífera que caracterizou o segundo ciclo da borracha.

3.1 O PRIMEIRO CICLO DA BORRACHA

O crescimento da produção gomífera, a fim de atender a crescente demanda internacional pela borracha, gerou também uma expressiva elevação populacional, tanto nas duas grandes capitais amazônicas (ver Tabela 1 abaixo), quanto no *hinterland* regional. Belém, que tinha 50 mil habitantes em 1890, tem sua população quase que quadruplicada 20 anos depois; enquanto Manaus, no mesmo período, tem sua população aumentada de 38,7 mil para quase 65 mil habitantes. É importante enfatizar a questão assinalada por Furtado (2007, p. 192) sobre o sistema produtivo baseado no extrativismo e nas relações de aviação, segundo ele o “aumento expressivo” (da produção) “deveu-se exclusivamente ao influxo de mão-de-obra, pois os métodos de produção em nada se modificaram”. Esse influxo de mão-de-obra proveniente, principalmente, do Nordeste reconfigura parcialmente a estrutura populacional amazônica.

Tabela 1 - População em Belém e Manaus nos anos 1890, 1900 e 1910

Capitais	1890	1900	1910
Belém	50.064	96.560	190.000
Manaus	38.720	50.300	64.614

Fonte: Estatísticas do Século XX, IBGE (2003).

Analisando as estatísticas populacionais para os estados do Pará e do Amazonas (Tabela 2), observa-se um salto igualmente expressivo. A participação da população dos dois estados na composição nacional apresentou aumento considerável. O Pará, por exemplo, detinha 2,3% da população nacional em 1890 e, 20 anos depois, aumenta para 3,35%. Furtado (2007) comenta ainda que a imigração foi possível porque havia um excedente

de mão de obra nordestina disponível, uma vez que a atividade cafeeira no período supriu sua necessidade de mão de obra via incentivos governamentais à imigração de trabalhadores europeus.

Tabela 2 - População do Brasil e dos estados do Pará e do Amazonas: 1872/1910

Estados	1872	1890	1900	1910
Pará	275.237	328.455	445.356	783.845
Amazonas	57.610	147.915	249.756	358.695
Brasil	10.112.061	14.333.915	17.318.556	23.414.177
%_Pará	2,72	2,29	2,57	3,35
%_Amazonas	0,57	1,03	1,44	1,53

Fonte: Estatísticas do Século XX, IBGE (2003).

Esse aumento populacional, como é sabido, não veio acompanhado de melhorias para atender todo esse aglomerado que estava se formando. Dentre os resultados, podem ser citados o crescimento desordenado da ocupação urbana e o aumento de mortes por motivos diversos (os serviços de saúde não cresceram na mesma proporção da população). É certo que apenas uma pequena parcela da população usufruía da riqueza gerada no ciclo da borracha e que poucos municípios foram beneficiados com recursos da extração gomífera.

Nazaré Sarges (2000:90) detalha, a partir de documentos de época, que o incremento demográfico produziu a reorganização urbana da cidade de Belém, sendo que a intervenção do Estado foi extremamente forte, especialmente no chamado período “lemista”, entre 1897 e 1910, quando a capital do Pará foi administrada pelo intendente Antônio Lemos. Vale observar, como demonstra a autora anteriormente citada, que Belém até hoje guarda características que são resultantes dessa administração.

Os números de evolução populacional mostram que os fluxos migratórios eram provenientes principalmente do atual estado do Ceará, sendo uma população que vinha, em grande medida, “fugida” das secas que afligiam a região nordestina. Por mais que os números mostrem que não havia escassez de mão-de-obra para fazer frente à expansão da produção gomífera, porém existe certo entendimento analítico (SANTOS, 1980; LEAL, 2010), que havia falta de força de trabalho em setores importantes da economia, especialmente na agricultura e setores da indústria.

Santos (1980:112-113) ponderou que “a procura (no setor gomífero) tinha toda a força de trabalho que podia obter, suposto certo volume de capital, mas não tinha tanta quanto desejava”, por outro, o autor em tela reforça a percepção já posta quanto aos demais segmentos da economia, segundo ele “a agricultura passava por maus momentos. Em determinadas culturas, o braço era velho ou feminil...; em outras, a carência de pessoal causava apreensões às empresas, por redundar em aumento de salários...”.

Esses aspectos devem ser melhor analisados para se abstrair possíveis consequências referentes ao debate de não ter havido capacidade de estruturação de outros segmentos produtivos na economia amazônica, que possibilitasse o desenvolvimento da acumulação capitalista encerrado o referido ciclo gomífero. Como se processou a dinâmica reprodutiva do capital envolvido na borracha, aliado a esse “efeito sucção” da força de trabalho, absorvendo quase toda ela, nos parece causas centrais do desiderato da sociedade amazônica nas décadas seguintes.

3.2 PERÍODO PÓS PRIMEIRO CICLO

Com o fim dos anos dourados da atividade gomífera, a demografia da região passou por mudança nos anos de decadência da economia amazônica. Observa-se um refluxo dos trabalhadores que foram à região em virtude da extração de borracha.

O fim do primeiro ciclo da borracha fez com que muitos seringueiros voltassem para suas regiões de origem. No Acre e Pará, por exemplo, houve redução populacional. Em 1920, o Pará tinha cerca de 983 mil habitantes, e em 1940 diminuiu para 944 mil; já o Acre saiu de 92 mil para 80 mil, no mesmo período. A Amazonas foi o único que apresentou aumento populacional no período (ver Tabela 3 a seguir).

Tabela 3 - População dos Estados do Pará, Amazonas e Acre (e capitais): 1920, 1940 e 1950

UF e capital	1920	1940	1950
Pará	983.507	944.644	1.123.273
Belém	236.402	206.331	254.949
Amazonas	363.166	438.008	514.099
Manaus	75.704	106.399	139.620
Acre	92.379	79.768	114.755
Rio Branco	19.930	16.038	28.246

Fonte: Estatísticas do Século XX, IBGE (2003).

Sobre esse movimento migratório, Furtado (2007) compara com o ocorrido na atividade cafeeira. Mais que isso, o autor crítica veementemente a forma como foi realizada captação de mão de obra para a atividade de extração gomífera.

O imigrante europeu, exigente e ajudado pelo seu governo, chegava à plantação de café com todos os seus gastos pagos, residência garantida, gastos de manutenção assegurados até a colheita. (...) A situação do nordestino na Amazônia era bem diversa: começava sempre trabalhar endividado, pois via de regra obrigavam-no a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. (...) Excluídas as consequências políticas que possa haver tido, e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra (FURTADO, 2007, p.195-97).

As condições de trabalho na extração gomífera e a própria lógica estruturante em torno do chamado aviamento era dos mais espoliativos, Santos (1980:114) observa que por mais que o seringal fosse um estabelecimento mercantil, porém também era “uma prisão física, custodiada por fiscais armados e resguardada pelas distâncias continentais e ameaças da floresta que barravam a livre movimentação e informação do trabalhador”.

A diferenciação entre o aviamento e formas de uso compulsório da força de trabalho era pequeno, o que, por outro lado, acabou, também, desestimulando o desenvolvimento da produção local em setores vinculados a produção de bens de consumo de trabalhadores.

O aviamento pode ser caracterizado enquanto o formato institucional que as relações de produção da borracha assumiram frente às características sociais e naturais da Amazônia no período.

A base de exploração da força de trabalho se dava numa espécie de escada reprodutiva, aonde cada degrau era um pouco mais explorado pelo degrau superior. Como notou Santos (1980:155) parece que esse modelo exploratório se repete aonde vicejam as seguintes condições: “a) base de recursos naturais espacialmente ampla e de difícil acesso; b) atraso das técnicas de produção; c) índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo; d) presença de lideranças mercantis locais...; e) ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra crédito; f) demanda externa ativa...”. Vale denotar dois elementos dos referidos por Santos: a disponibilidade em abundância de recursos naturais, especialmente a terra e a ausência, ou quase, das relações monetárias no processo de exploração e produção. Para o entendimento do que ocorreu após esse ciclo, esses dois aspectos são bastante elucidativos da crise e estagnação porque passou a economia e sociedades amazônicas posteriormente.

Findado o ciclo parcela da população retornou a sua origem, como antes mencionado, porém parcela considerável passou a viver de formas de subsistência no *hinterland* amazônico, outra parte permaneceu no entorno dos núcleos urbanos principais, porém também envolvidas com atividades econômicas de baixa produtividade ou diretamente relacionadas a formas extrativas, como, por exemplo, o catamento de castanha-do-pará.

3.3 OS SOLDADOS DA BORRACHA NO SEGUNDO CICLO

Com a retomada da extração gomífera em 1942, fruto da negociação entre Brasil e Estados Unidos que resultou dos Acordos de Washington, houve por parte do governo federal uma política revelada de incentivo à migração para suprir a necessidade de mão de obra da atividade extrativa da borracha.

Neste curto período, houve um grande aumento populacional na região, uma vez da migração compulsória de pessoas de vários lugares do Brasil. Durante a década de 1940, o Pará, por exemplo, teve sua população tão aumentada que ultrapassou o número

de um milhão de pessoas, chegando em 1950 com mais de 1,1 milhão de habitantes (ver Tabela 3 anterior). Os outros estados também apresentaram significativos incrementos populacionais, com destaque para as capitais.

Destaca-se que boa parte dos trabalhadores que se deslocaram para a região amazônica para servir de mão de obra no segundo ciclo de extração da borracha era de origem nordestina (Quadro 1); foi a chamada “batalha da borracha”.

Quadro 1 - Número de migrantes nordestinos durante o 2º ciclo da borracha

Ano	Homens	Mulheres	Total
1941	13.910	8.267	22.177
1942	17.928	9.023	26.951
1943	24.399	9.419	33.818
1944	27.139	10.287	37.426
1945	21.807	9.959	31.766
Total	105.183	46.955	152.138

Fonte: Benchimol (1977).

Vale observar, comparando a Tabela 3 com o Quadro 1 que a importância do fluxo migratório nordestino para evolução populacional da região foi novamente central. A soma das populações dos três principais estados amazônicos (Pará, Amazonas e Acre) totalizava em 1940 aproximadamente 1.462.420 habitantes, sendo que em 1950 a população total desses três estados passa a ser de 1.752.127. A taxa de crescimento em 1950 para a região norte foi de 3,34%, superior à brasileira que foi de 2,99% (IBGE, 2003), porém ao observarmos o fluxo migratório com deslocamento de mais de 150 mil nordestinos para a Amazônia e compararmos as populações nas duas décadas observa-se que a diferença entre a população total, nos três principais estados, entre 1950 e 1940 é de 289.707, o volume migratório representa mais de 52% dessa evolução total. Portanto, a população amazônica do século XX foi extremamente influenciada pelo movimento migratório induzido pelos ciclos gomíferos.

4 A SOCIEDADE DA BORRACHA: CONFLITOS DE INTERESSES E LIMITES DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA AMAZÔNIA

Nesta seção são apresentadas de forma sucinta as características da sociedade amazônica em três momentos: i) durante o período áureo do primeiro ciclo da borracha, ii) nos anos de decadência do momento anterior e, finalmente, iii) durante o segundo ciclo da borracha. Busca-se com isso mostrar o sentimento que pairava na sociedade e as alterações de comportamento durante os períodos listados.

4.1 A COMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE AMAZÔNICA NA VIRADA PARA O SÉCULO XX

O crescente e promissor mercado internacional da borracha soava como música aos ouvidos da elite gomífera da Amazônia. Por ser praticamente o único fornecedor mundial, o aumento da demanda pela borracha, observado principalmente no começo do século XX, fazia elevar o preço do produto e assim aumentar os rendimentos da classe abastada. Dessa forma, as duas metrópoles da Amazônia passaram por transformações significantes neste período como resultado do aumento da riqueza da região. Conforme consta em documento da Sudam:

Belém y Manáos, las dos grandes metrópolis regionales fueron adquiriendo una nueva fisionomía urbana. Se construyeron palacios y el teatro de mayor lujo en el mundo, en los cuales se exhibían compañías de óperas que luego regresaban a sus países de origen, pues el resto del Brasil no disponía de recursos para poder patrocinar espectáculos de aquella naturaleza. Todas las comodidades de la vida europea, comenzando por el teléfono, la luz eléctrica, el cable submarino, la música clásica eran, en aquella época, privilegio de la Amazonia que nadaba en dinero (SUDAM, 1973, não paginado).

A expressão da riqueza era vista de forma evidente nas duas metrópoles. Construções como a do Teatro da Paz em Belém e do Teatro Amazonas em Manaus são bons exemplos. Várias edificações da época geralmente influenciadas pela arquitetura européia demonstravam o poderio econômico dos barões da borracha.

Como já referido anteriormente, a economia gomífera tinha características muito específicas, com forte presença de setores rentistas e grande interlocução com os centros financeiros forâneos. Essas características acabaram por definir marcas muito fortes nas elites locais, tal como a forte dependência de relações econômicas baseadas na transferência de renda e pequena, ou baixa, tendência a estruturação de uma base produtiva diferenciada, vis-à-vis a maior propensão ao comércio. Por outro, coube desde sempre enorme influência a ação estatal nas capitais e menor, ou quase ausência, de sua atuação no *hinterland*.

A sociedade amazônica pós-ciclo da borracha herdou uma série de problemas originados das características da forma econômica estabelecida, um deles, talvez o mais grave, foi a baixa organização institucional desenvolvida, seja sob o ponto de vista de organização da sociedade, seja do ponto de vista do mercado. Outro se referiu a como tratar os contingentes populacionais resultantes do período de “boom”. A ausência de saída estruturante da economia e o colapso ruidoso do próprio ciclo determinou uma longa fase de letargia econômica e de involução da sociedade capitalista amazônica pós década de 20, o que impôs condições de subsistência para parcela considerável da população amazônica.

4.2 A SOCIEDADE A DERIVA APÓS A BELLE ÉPOQUE

Com o fim do ciclo da borracha, a sociedade amazônica entra em processo de reestruturação de seu perfil. Conforme destaca Leal (2010), havia a camada da ‘sub-burguesia’, formada por comerciantes, industriais regionais de pequena expressão, profissionais liberais, fazendeiros, empresários extrativistas e proprietários em geral; uma camada intermediária, composta de funcionários públicos; e a camada menos privilegia da sociedade da região. Sobre essa última, o autor enfatiza:

Na base desta massa estavam os verdadeiramente deserdados: um contingente de seringueiros, de origem nordestina, transplantados para a Amazônia dos altos rios, que lá ficaram, amarrados à miséria que os reproduziu como massa pauperizada da floresta vivendo ao nível da pobreza absoluta; e os de etnia e cultura de origem nativa, agora já representados não mais pelo índio, que já estava, na prática, exterminado como raça aos fins do século XIX, mas pelo cabôco, seu filho mestiço, que passa a ser o

elemento social nativo característico a partir desse período (LEAL, 2010, p. 106).

Essa seria, grosso modo, a característica da sociedade amazônica nessa fase, que foi marcada por um quadro degenerativo da economia amazônica em muitos aspectos. As exportações de borracha caíram abruptamente, principalmente na segunda metade da década de 1920 e começo da década seguinte, chegando a níveis observados no último quartel do século XIX (ver Gráfico 1); a crise mundial que assolava o mundo naquele momento afetou decisivamente as exportações brasileiras. Mesmo com a modesta recuperação da exportação da borracha na segunda metade dos anos 30 a situação não é animadora, uma vez que o preço do produto estava em seu pior momento quando se trata de uma série de pelo menos 40 anos (ver Gráfico 3); a década de 1930 foi muito ruim em termos de preço do produto, principalmente quando se compara com o valor pago pela borracha no período áureo do começo do século.

Ainda sobre o quadro social da região amazônica no período após o fim do ciclo, Mendes (1958) faz a seguinte observação:

As rendas de sua Alfândega não mais foram das mais altas do país, seus deputados federais esqueceram o orgulho que um dia quiseram de querer ser pagos pelos próprios Estados, seus “seringueiros” lamentaram ter acendido charutos com células de conto de reis, seus Teatros não continuaram a receber companhias de ópera européias, Pavlova deixou de dançar nos seus palcos, os navios enferrujaram nos barrancos, as “estradas” foram abandonadas e os filhos da gleba não mais se educaram na Europa. Era a depressão. (MENDES, 1958, p. 34).

Mendes (1958) argumenta que o sentido da valorização é mais do que simplesmente enriquecer a região, e sim também dignificá-la. O autor apresenta de forma ímpar a caracterização dos problemas da região inserindo a própria (in)consciência do homem amazônico como parte deles. Nas palavras do referido autor:

Os empecilhos que a Amazônia tem encontrado não são todos exteriores a ele, alguns procedem do seu próprio eu – e nem sempre ele o sabe. A tomada mesmo de consciência da miséria do homem do barranco é-lhe vedada, porque não possui o escalão de comparação: não conhece mais do que o horizonte curto de seu igarapé ou rio, e da floresta em que vive emparedado. Não encontra oportunidade de identificar sequer o que pode e o que deve reclamar, porque não conhece o que é reclamável. Não ambiciona, porque sua ambição não teria objeto. Não desespera, porque não chegou a esperar. Está conformado, porque não pôde ser informado. Este, o homem a margem dos rios. Não o das cidades, e a Amazônia tem-nas do

tamanho de Belém e Manaus – cerca de 300 mil, mais de 100 mil habitantes, respectivamente (MENDES, 1958, p. 37).

A passagem deixa bem evidente a incapacidade intrínseca no comportamento do habitante da região, mas esclarece que as características mencionadas são comuns aos homens “a margem do rio”. Os homens das grandes cidades e de outras com população igualmente considerável tinham mais consciência e sabiam o que deveriam reclamar. E foram estes homens da área urbana que reivindicaram e construíram a base para o discurso de valorização da região, conforme apresentando em outra passagem singular do autor:

Ao habitante urbano da região acompanham parcialmente estes efeitos do isolamento, mas agravados pelo conhecimento do que poderia ter e não tem. E pela lembrança do que já teve. A ele deve-se o início do movimento de recuperação. Por estar desiludido de obter do governo da República, através dos processos normais, o que legitimamente se julgava com direito de esperar, criou a fórmula nova e imperiosa da valorização com prazo certo e despesa irredutível. Vinte anos, gastando 3% da receita tributária da União, Estados e Municípios interessados (MENDES, 1958, p. 37).

4.3 OS INTERESSES SURGIDOS A PARTIR DO SEGUNDO CICLO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Com o início do segundo ciclo da borracha, em 1942 (discutido na seção 2.3), reacende na elite amazônica a expectativa de reviver o momento áureo do início do século. Porém, a euforia da atividade gomífera não durou muito tempo. Com o fim da guerra em 1945, a demanda norte-americana e as medidas oriundas dos Acordos de Washington são praticamente estancadas, mas agora a classe dominante local se mostra mais ativa em busca da defesa de seus interesses.

Aproveitando o embalo nacional onde a discussão desenvolvimentista ganhava espaço, parlamentares amazônicos começam a pressionar o governo central exigindo que a região amazônica fosse mais bem assistida e inserida na agenda de desenvolvimento do país. Assim, os constituintes de 1946 quebraram um pouco da lógica que se vinha observando até então, a de centralizar os investimentos no centro-sul, e inseriram no Constituição de 1946 a exigência de criação de um plano de valorização regional. Acredita-se que parte dessa posição se deve a discussão nacionalista em formação, onde

todas as regiões deveriam estar conectadas em prol da causa nacional (de crescimento econômico pautado na industrialização), mas também devido o cenário nada promissor que se encontravam a Amazônia e o Nordeste. No caso da região amazônica, o que se tinha na Amazônia era um cenário de estagnação oriundo deste o fim dos anos dourados do primeiro ciclo da borracha, o qual não foi alterado com o segundo ciclo gomífero. Isso mostra o tamanho da dependência da atividade exportadora de borracha e a incapacidade de superação via instrumentos internos.

A Amazônia inicia, então, a partir da segunda metade da década de 1940, sua fase de discussão sobre desenvolvimento. Conforme assinala Fernandes (2010, p. 257), é nesse momento “que podemos afirmar que começam a se forjar, em torno da Amazônia, certa unidade discursiva e uma nova institucionalidade com uma orientação ideológica de viés tipicamente desenvolvimentista com um forte teor regionalista”. Assim, percebe-se na região a construção de uma estratégia visando sanar alguns gargalos amazônicos históricos tidos como entraves ao desenvolvimento regional.

Fernandes (2010) resume bem os anseios amazônicos na segunda metade da década de 1940: i) procurava-se, via planejamento, superar o período crítico da socioeconomia amazônica iniciado com a crise da economia gomífera a partir da segunda metade da década de 1910; ii) buscava-se diversificar a base produtiva da região; iii) melhorar a oferta de serviços básicos como educação, saúde e infraestrutura; iv) necessidade de conhecer as potencialidades (dos recursos naturais) da região, para tanto se demandava a criação de instituições de pesquisa e, finalmente, v) a necessidade de integração da Amazônia à economia do país.

Diante de tais demandas naquele período, o que se viu a partir daí foram movimentações e discussões sobre como conseguir atender aos anseios acima resumidos. Significa dizer que foi a partir deste momento que se tem na região uma discussão desenvolvimentista regionalista, como enfatiza Fernandes (2010). O autor (p. 259) ainda argumenta que “o discurso que se apresenta, ao mesmo tempo, em sintonia com algumas das principais estratégias desenvolvimentistas em nível nacional, mas que se mantém, de certa forma, atrelado ao movimento regionalista amazônico em seu pleno desenvolvimento na primeira metade do século XX”. O movimento regionalista, como citou o autor, faz menção à elite local que parte para a defesa de seus interesses.

O cenário para a elite de aviadores e comerciantes da região não se apresentava dos melhores em termos de perspectivas econômicas. Ao final da Guerra, a demanda norte-americana pela borracha foi praticamente estancada, ficando, novamente, o setor extrativista exportador em situação eminente de crise. Internamente, o mercado da indústria nacional da borracha aumentava sua demanda pelo produto, impulsionada, principalmente, pela nascente indústria automotiva. Ora, seria essa uma forma de agora o setor exportador de borracha amazônica endereçar o produto para o mercado nacional. Era uma opção que iria a calhar não fosse à contestação no que tange ao preço da borracha (a borracha do Oriente chegava a custar à metade do preço da borracha nacional). Houve forte pressão da indústria nacional para o rebaixamento dos preços do produto, algo que a elite gomífera amazônica não era de acordo. O próprio presidente Gaspar Dutra comentou sobre o assunto, em discurso proferido ao Congresso Nacional em 1947, quando da abertura da sessão legislativa daquele ano:

Os interesses dos produtores e dos industriais brasileiros, manifestados ao Governo por intermédio de recomendações aprovadas em Reunião para Estudo dos Problemas da Borracha, realizada em meados no ano findo, no Rio de Janeiro, são pela manutenção do preço atual, até 1950, procurando-se ajustá-lo gradativamente aos preços internacionais. Enquanto, porém, não pudermos concorrer no mercado mundial é necessário estabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo industrial do País, para evitar a superprodução.

Assim, toda a segunda metade da década de 1940 foi marcada por inúmeros debates em torno de um projeto voltado para a valorização da região amazônica. Como resultado, foi criada a Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que recebeu diversas propostas dos parlamentares em prol da elaboração do projeto. Destacaram-se no período as contribuições do deputado Gomes Ferreira e principalmente do deputado Eduardo Duvivier. O substitutivo apresentado por Duvivier trazia relevantes contribuições, onde se pode destacar a proposta de criação de uma Superintendência da Valorização da Amazônia, que seria o órgão executor do plano.

Em 1953, finalmente, cria-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) como sendo a primeira tentativa de planejamento do desenvolvimento regional da região, nascendo de iniciativas do governo central a partir

de relutantes pressões da sociedade amazônica, mais especificamente, de sua classe dominante que buscava defender interesses próprios e impedir que o espírito industrializante do cenário nacional alteração seu *status quo* no cenário regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou fazer um “brief” de dois momentos centrais para as atuais sociedades brasileiras amazônicas, momentos em que Belém e Manaus faziam parte de fato de um único corpo regional, marcadas pelas veleidades e dificuldades de um processo produtivo fundado no extrativismo e em relações de exploração da força de trabalho extremamente degradantes, o aviamento.

Ao reconstruir-se a trajetória de desenvolvimento do assim denominado Ciclo Gomífero, diversos elementos são evidenciados como estruturantes e conformadores das sociedades atuais dos trópicos amazônicos. Vale ressaltar três aspectos que foram desenvolvidos no texto:

- i) As alterações, não somente econômicas, mas também institucionais e demográficas nos dois períodos em tela, mas especialmente no primeiro ciclo gomífero, marcaram em definitivo a sociedade amazônica, especialmente Belém e Manaus. Deste modo, compreender o desenrolar dos acontecimentos no período em questão é de fundamental relevância para auxiliar no entendimento do cenário amazônico no período do pós II Guerra Mundial.
- ii) As características econômicas da produção gomífera no período de auge da borracha foram responsáveis, em grande medida, pela incapacidade de estruturação de bases de acumulação capitalista mais avançada na região, algo que assim permaneceu até a imposição do planejamento autoritário e da integração das sociedades amazônicas ao eixo econômico do Sudeste e Sul do Brasil a partir da década de 60 (leia-se Belém-Brasília, Incentivos fiscais e Zona Franca de Manaus).
- iii) Por último, porém com destaque, o artigo mostrou evidenciar o peso dos fluxos migratórios nordestinos para conformação da população amazônica presente. Seja no Ciclo Gomífero efetivo na virada do século XIX, quando o fluxo migratório proveniente principalmente do estado do Ceará possibilitou o equacionamento parcial da crise de escassez de mão-de-obra; seja na década de 40 do século XX, quando o “remake” condicionado pela Segunda Guerra, impôs o sacrifício e o esforço de nova onda migratória.

O retorno analítico para as fases econômicas evidenciadas neste texto deve ser considerado parte de um programa de pesquisa que retome a história-econômica não enquanto tratado de termos de um passado inerte, morto e enterrado, e sim enquanto um passado vivo, que continua atuante e marcando o desenvolvimento futuro dessa região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DA AMAZÔNIA S. A. (BASA). O Basa e o desenvolvimento da Amazônia. Belém: DESEC, 1968.

BECKER, Bertha K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, T. P. de; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. 50 Anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco-antes e além-depois. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm. Último acesso em: 5/fev. 2011.

DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

FERNANDES, Danilo Araújo. A Questão Regional e a Formação do Discurso Desenvolvimentista na Amazônia. Tese em versão preliminar (doutorado) – Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estatísticas do Século XX. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtm>. 2003

LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política). In: TRINDADE, J. R. B.; MARQUES, G. (Orgs.). **Revista de Estudos Paraenses** (edição especial). Belém: IDESP, 2010.

MENDES, Armando Dias. Introdução ao Planejamento Regional Brasileiro. **Vol. 1**. Salvador: Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1958.

PANDOLFO, Clara. Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais. Belém: CEJUP, 1994.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: Quairós, 1980.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM. Amazonia modelo de integración. Belém, 1973.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA – SPVEA. SPVEA (1954/60) – Política de Desenvolvimento da Amazônia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960a.

_____. SPVEA (1954/60) – Política de Desenvolvimento da Amazônia. Vol. 2. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Livro S. A., 1960b.

SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.